



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA-DIRETORIA GERAL - SDG-1 - TAQUIGRAFIA
7ª Sessão Ordinária da Segunda Câmara, realizada por
VIDEOCONFERÊNCIA



TC-005509.989.19-0
Municipal

DECISÃO DA SEGUNDA CÂMARA

DATA DA SESSÃO – 16-03-2021

Pelo voto dos Conselheiros Dimas Ramalho, Presidente e Relator, e Renato Martins Costa e da Auditora Substituta de Conselheiro Silvia Monteiro, a E. Câmara, nos termos do inciso II, artigo 33, da Lei Complementar nº 709/93, decidiu julgar regulares com recomendações as contas da Câmara Municipal de Dracena, relativas ao exercício de 2019, excepcionando eventuais atos pendentes de apreciação por esta Corte de Contas.

Decidiu, outrossim, dar quitação aos responsáveis, em conformidade com dispositivo próprio da mesma Lei, e determinando-lhes, ou a quem lhes houver sucedido, que atendem ao quanto recomendado no dispositivo.

Determinou, ainda, após o trânsito em julgado, a remessa de cópia da decisão, por ofício, ao Legislativo de Dracena, para ciência do inteiro teor do decreto.

Por fim, determinou à serventia a adoção das providências formais de praxe, procedendo às anotações e promovendo o arquivamento do feito no meio digital adequado.

PROCURADORA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS RENATA CONSTANTE CESTARI

CÂMARA MUNICIPAL: DRACENA
EXERCÍCIO: 2019

- Relatório e voto (ou notas taquigráficas) juntados pela SDG-1.
- Ao Cartório do Relator para:
 - redação e publicação do acórdão.
 - oficiar à origem, nos termos do voto do Relator.
- Ao arquivo.

SDG-1, em 18 de março de 2021

SÉRGIO CIQUERA ROSSI
SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL

SDG-1/ESBP/pi/cleo

ACÓRDÃO

TC-005509.989.19-0

Câmara Municipal: Dracena.

Exercício: 2019.

Presidente: Milton Polon.

Procuradora de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

Fiscalização atual: UR-18.

EMENTA: CONTAS ANUAIS. CÂMARA MUNICIPAL DE DRACENA. EXERCÍCIO 2019. OBSERVOU OS LIMITES CONSTITUCIONAIS E DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. FALHA RELATIVA À FIXAÇÃO DO MONTANTE DE DUODÉCIMOS. REGULAR COM RECOMENDAÇÃO.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 16 de março de 2021, pelo voto dos Conselheiros Dimas Ramalho, Presidente e Relator, e Renato Martins Costa e da Auditora Substituta de Conselheiro Silvia Monteiro, a E. Câmara, nos termos do inciso II, artigo 33, da Lei Complementar nº 709/93, decidiu julgar regulares com recomendações as contas da Câmara Municipal de Dracena, relativas ao exercício de 2019, excepcionando eventuais atos pendentes de apreciação por esta Corte de Contas.

Decidiu, outrossim, dar quitação aos responsáveis, em conformidade com dispositivo próprio da mesma Lei, e determinando-lhes, ou a quem lhes houver sucedido, que atentem ao quanto recomendado no dispositivo.

Determinou, ainda, após o trânsito em julgado, a remessa de cópia da decisão, por ofício, ao Legislativo de Dracena, para ciência do inteiro teor do decreto.

Por fim, determinou à serventia a adoção das providências formais de praxe, procedendo às anotações e promovendo o arquivamento do feito no meio digital adequado.

Presente a Procuradora do Ministério Público de Contas – Renata Constante Cestari.

Ficam, desde já, autorizadas vista e extração de cópias dos autos aos interessados, em Cartório, observando os procedimentos necessários.

Publique-se.

São Paulo, 25 de março de 2021.

DIMAS RAMALHO – PRESIDENTE E RELATOR

FUJEPO, referente ao exercício de 2015, com as recomendações constantes do voto do Relator, juntado aos autos.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas - Celso Augusto Matuck Feres Júnior e

Presente o Procurador da Fazenda do Estado - Carim José Feres.

Ficam, desde já, autorizadas vista e extração de cópias dos autos aos interessados, em Cartório, observando os procedimentos necessários.

Publique-se.
São Paulo, 1º de abril de 2021.
DIMAS RAMALHO - PRESIDENTE E RELATOR
A C O R D A O
TC-004701.989.18-8
Câmara Municipal: Bariri.
Exercício: 2018.
Presidentes: Wagner Matheus Ferreira, Luis Carlos de Paula e Rubens Pereira dos Santos.
Períodos: (01-01-18 a 23-04-18, 30-06-18 a 01-07-18), (24-04-18 a 29-06-18) e (02-07-18 a 31-12-18).
Advogado: Pedro Henrique Carinhato e Silva (OAB/SP nº 356.521).

Procurador de Contas: João Paulo Giordano Fontes.
Fiscalização atual: UR-2.
EMENTA: CONTAS ANUAIS. CÂMARA MUNICIPAL. BARIRI. EXERCÍCIO 2018. FALHAS RELATIVAS AO SUBSÍDIO DOS AGENTES POLÍTICOS E PAGAMENTO ACIMA DO TETO - MATÉRIAS JÁ APRECIADAS PELO TJ-SP. REGULARIDADE COM RESSALVAS.
Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 09 de março de 2021, pelo voto dos Conselheiros Dimas Ramalho, Presidente e Relator, e Renato Martins Costa e da Auditora Substituta de Conselheiro Silvia Monteiro, a E. Câmara, nos termos do inciso II, do artigo 33, da Lei Complementar nº 709/93, decidiu julgar regulares com ressalvas as contas da Câmara Municipal de Bariri, relativas ao exercício de 2018, com as determinações, recomendações e alertas constantes do voto do Relator, juntado aos autos, excepcionando eventuais atos pendentes de apreciação por esta Corte de Contas.

Decidiu, outrossim, em conformidade com dispositivo próprio da mesma Lei, dar quitação aos responsáveis e lhes determinar, ou a quem lhes houver sucedido, que atente ao quanto determinado e recomendado no dispositivo.

Determinou, ainda, após o trânsito em julgado, a remessa de cópia, mediante ofício, à Câmara Municipal de Bariri, para ciência de todo o teor da decisão, devendo a Fiscalização certificar-se se a Edilidade concluiu suas medidas e atendeu as determinações e recomendações expedidas.

Determinou, por fim, a serventia que adote as providências formais de praxe, procedendo às anotações e promovendo o arquivamento do feito, juntamente com o expediente apensado, no meio digital adequado.

Presente a Procuradora do Ministério Público de Contas - Renata Constante Castani.

Ficam, desde já, autorizadas vista e extração de cópias dos autos aos interessados, em Cartório, observando os procedimentos necessários.

Publique-se.
São Paulo, 18 de março de 2021.
DIMAS RAMALHO - PRESIDENTE E RELATOR
A C O R D A O
TC-004706.989.15-2
Interessado: Fundação para o Desenvolvimento da UNESP - FUNDUNESP.
Exercício: 2015.

Dirigente: Edvaldo Domingues Velini (Diretor-Presidente).
Advogado: Ernani Alberto Ferreira Santiago (OAB/SP nº 242.316).

Procurador de Contas: Celso Augusto Matuck Feres Júnior.
Procurador da Fazenda: Carim José Feres.
Fiscalização atual: GDF-3.
EMENTA: BALANÇO GERAL DO EXERCÍCIO DE 2015. FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA UNESP - FUNDUNESP. ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS SATISFATÓRIOS. ENCARGOS SOCIAIS RECOLHIDOS. ORDEN. CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS CUMPRIDA. TETO REMUNERATÓRIO CONSTITUCIONAL NÃO RESPEITADO. AUSÊNCIA DE CONTROLE INTERNO. NÃO CUMPRIMENTO DA LEI DE TRANSPARÊNCIA FISCAL. REGULARIDADE COM DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 23 de março de 2021, pelo voto dos Conselheiros Dimas Ramalho, Presidente e Relator, e Renato Martins Costa e da Auditora Substituta de Conselheiro Silvia Monteiro, a E. Câmara, nos termos do inciso II, do artigo 33, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, decidiu julgar regulares as contas da Fundação para o Desenvolvimento da UNESP - FUNDUNESP, relativas ao exercício de 2015, quitando-se os Responsáveis, nos moldes do artigo 35 do mesmo diploma legal, sem prejuízo das recomendações e determinações feitas no corpo do voto do Relator, juntado aos autos.

Determinou, por fim, o encaminhamento, por ofício, de cópia da acórdão e das correspondentes notas taxativas para o atual dirigente da Fundação, para adoção das medidas que visem ao atendimento das determinações e recomendações desta Corte de Contas, ao Reitor da UNESP para conhecimento, e ao Ministério Público do Estado de São Paulo para conhecimento e providências que entender pertinentes, com relação à extrapolação do teto remuneratório constitucional.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas - Celso Augusto Matuck Feres Júnior.

Presente o Procurador da Fazenda do Estado - Carim José Feres.

Ficam, desde já, autorizadas vista e extração de cópias dos autos aos interessados, em Cartório, observando os procedimentos necessários.

Publique-se.
São Paulo, 1º de abril de 2021.
DIMAS RAMALHO - PRESIDENTE E RELATOR
A C O R D A O
TC-005022.989.19-8
Câmara Municipal: Alto Alegre.
Exercício: 2019.

Presidente: Rogério dos Santos Laranjeira.
Advogado: Luciano Ramos da Silva (OAB/SP nº 239.339).
Procurador de Contas: Celso Augusto Matuck Feres Júnior.
Fiscalização atual: UR-1.

EMENTA: CONTAS ANUAIS. CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE. EXERCÍCIO 2019. OBSERVOU OS LIMITES CONSTITUCIONAIS DA LEI DE FALHAS RELATIVAS AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO, INCONSISTÊNCIAS CONTÁBEIS E CONTROLE INTERNO. REGULAR COM RECOMENDAÇÕES.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 16 de março de 2021, pelo voto dos Conselheiros Dimas Ramalho, Presidente e Relator, e Renato Martins Costa e da Auditora Substituta de Conselheiro Silvia Monteiro, a E. Câmara, nos termos do inciso II, do artigo 33, da Lei Complementar nº 709/93, decidiu julgar regulares as contas da Câmara Municipal de Alto Alegre, relativas ao exercício de 2019, com as recomendações constantes do corpo do voto do Relator, juntado aos autos, excepcionando eventuais atos pendentes de apreciação por esta Corte de Contas.

Decidiu, ainda, dar quitação aos responsáveis, em conformidade com dispositivo próprio da mesma Lei, e determinando-lhes, ou a quem lhes houver sucedido, que atente ao quanto recomendado no dispositivo.

Determinou, outrossim, após o trânsito em julgado, a remessa de cópia da decisão, mediante ofício, à Câmara Municipal

de Alto Alegre, para que tome ciência de todo o teor, devendo a Fiscalização certificar-se se a Edilidade concluiu suas medidas e atendeu as recomendações expedidas.

Determinou, por fim, que a serventia adote as providências formais de praxe, procedendo às anotações e promovendo o arquivamento do feito no meio digital adequado.

Presente a Procuradora do Ministério Público de Contas - Renata Constante Castani.

Ficam, desde já, autorizadas vista e extração de cópias dos autos aos interessados, em Cartório, observando os procedimentos necessários.

Publique-se.
São Paulo, 25 de março de 2021.
DIMAS RAMALHO - PRESIDENTE E RELATOR
A C O R D A O
TC-005037.989.19-1
Câmara Municipal: Avanhandava.
Exercício: 2019.

Presidente: Alameires Hirata.
Advogado: Adri Nanyane Souza de Mendonça (OAB/SP nº 391.820).

Procuradora de Contas: Letícia Formoso Deslin Matuck Feres.

Fiscalização atual: UR-1.
EMENTA: CONTAS ANUAIS. CÂMARA MUNICIPAL DE AVANHANDAVA. EXERCÍCIO 2019. OBSERVOU OS LIMITES CONSTITUCIONAIS E DA LEI DE FALHAS RELATIVAS AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO, CONTROLE INTERNO, LEI DA TRANSPARÊNCIA E VIAGENS. REGULAR COM RECOMENDAÇÕES.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 16 de março de 2021, pelo voto dos Conselheiros Dimas Ramalho, Presidente e Relator, e Renato Martins Costa e da Auditora Substituta de Conselheiro Silvia Monteiro, a E. Câmara, nos termos do inciso II, do artigo 33, da Lei Complementar nº 709/93, decidiu julgar regulares com recomendações as contas da Câmara Municipal de Avanhandava, relativas ao exercício de 2019, excepcionando eventuais atos pendentes de apreciação por esta Corte de Contas.

Decidiu, ainda, dar quitação aos responsáveis, em conformidade com dispositivo próprio da mesma Lei, e determinando-lhes, ou a quem lhes houver sucedido, que atente ao quanto recomendado no dispositivo.

Determinou, outrossim, após o trânsito em julgado, a remessa de cópia da decisão, por ofício, ao Legislativo de Avanhandava, para ciência do inteiro teor do decreto e cumprimento das recomendações consignadas no voto do Relator, juntado aos autos, devendo a Fiscalização certificar, por ocasião da próxima inspeção, "in loco", se a Edilidade concluiu suas medidas e atendeu as recomendações expedidas.

Por fim, determinou a serventia a adoção das providências formais de praxe, procedendo às anotações e promovendo o arquivamento do feito no meio digital adequado.

Presente a Procuradora do Ministério Público de Contas - Renata Constante Castani.

Ficam, desde já, autorizadas vista e extração de cópias dos autos aos interessados, em Cartório, observando os procedimentos necessários.

Publique-se.
São Paulo, 25 de março de 2021.
DIMAS RAMALHO - PRESIDENTE E RELATOR
A C O R D A O
TC-005046.989.19-0
Câmara Municipal: Bento de Abreu.
Exercício: 2019.

Advogado: Daniela Antoneilo Covolo (OAB/SP nº 190.621).

Procuradora de Contas: Elida Graziane Pinto.

Fiscalização atual: UR-1.

EMENTA: CONTAS ANUAIS. CÂMARA MUNICIPAL. BENTO DE ABREU. EXERCÍCIO 2019. OBSERVOU OS LIMITES CONSTITUCIONAIS E DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. FALHAS RELATIVAS À DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMO, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE INTERNO. REGULAR COM RECOMENDAÇÕES.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 09 de março de 2021, pelo voto dos Conselheiros Dimas Ramalho, Presidente e Relator, e Renato Martins Costa e da Auditora Substituta de Conselheiro Silvia Monteiro, a E. Câmara, nos termos do inciso II, do artigo 33, da Lei Complementar nº 709/93, decidiu julgar regulares, com recomendações, as contas da Câmara Municipal de Bento de Abreu, relativas ao exercício de 2019, excepcionando eventuais atos pendentes de apreciação por esta Corte de Contas.

Decidiu, outrossim, em conformidade com dispositivo próprio da mesma Lei, dar quitação aos responsáveis e lhes determinar, ou a quem lhes houver sucedido, que atente ao quanto recomendado no corpo do voto do Relator, juntado aos autos.

Determinou, ainda, após o trânsito em julgado, a remessa de cópia da decisão, por ofício, ao Legislativo de Bento de Abreu, para ciência do inteiro teor do decreto, devendo a Fiscalização certificar-se se a Edilidade concluiu suas medidas e atendeu as recomendações expedidas.

Determinou, por fim, a serventia que adote as providências formais de praxe, procedendo às anotações e promovendo o arquivamento do feito no meio digital adequado.

Presente a Procuradora do Ministério Público de Contas - Renata Constante Castani.

Ficam, desde já, autorizadas vista e extração de cópias dos autos aos interessados, em Cartório, observando os procedimentos necessários.

Publique-se.
São Paulo, 18 de março de 2021.
DIMAS RAMALHO - PRESIDENTE E RELATOR
A C O R D A O
TC-005057.989.19-6
Câmara Municipal: Boréi.
Exercício: 2019.

Presidente: Reginaldo Cesar Martins.

Procurador de Contas: Rafael Neubert Demarchi Costa.

Fiscalização atual: UR-2.

EMENTA: CONTAS ANUAIS. CÂMARA MUNICIPAL. BORÉI. EXERCÍCIO 2019. OBSERVOU OS LIMITES CONSTITUCIONAIS E DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. FALHAS NA TRANSPARÊNCIA E QUADRO DE PESSOAL. REGULAR COM RECOMENDAÇÕES.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 09 de março de 2021, pelo voto dos Conselheiros Dimas Ramalho, Presidente e Relator, e Renato Martins Costa e da Auditora Substituta de Conselheiro Silvia Monteiro, a E. Câmara, nos termos do inciso II, do artigo 33, da Lei Complementar nº 709/93, decidiu julgar regulares, com ressalvas, as contas da Câmara Municipal de Boréi, relativas ao exercício de 2019, excepcionando eventuais atos pendentes de apreciação por esta Corte de Contas.

Decidiu, outrossim, em conformidade com dispositivo próprio da mesma Lei, dar quitação aos responsáveis e lhes determinar, ou a quem lhes houver sucedido, que atente ao quanto recomendado no corpo do voto do Relator, juntado aos autos.

Determinou, ainda, após o trânsito em julgado, a remessa de cópia da decisão, por ofício, ao Legislativo de Boréi, para ciência do inteiro teor do decreto e cumprimento das recomendações consignadas no corpo do voto do Relator, juntado aos autos, devendo a Fiscalização certificar-se se a Edilidade concluiu suas medidas e atendeu as recomendações expedidas.

Determinou, por fim, a serventia que adote as providências formais de praxe, procedendo às anotações e promovendo o arquivamento do feito no meio digital adequado.

Presente a Procuradora do Ministério Público de Contas - Renata Constante Castani.

Ficam, desde já, autorizadas vista e extração de cópias dos autos aos interessados, em Cartório, observando os procedimentos necessários.

Publique-se.
São Paulo, 18 de março de 2021.
DIMAS RAMALHO - PRESIDENTE E RELATOR
A C O R D A O
TC-005123.989.19-6
Câmara Municipal: Guapiacu.
Exercício: 2019.

Presidente: Junior Pereira Cardoso.

Advogado: Silvio Roberto Seixas Rego (OAB/SP nº 153.724).
Procurador de Contas: Celso Augusto Matuck Feres Júnior.

Fiscalização atual: UR-8.

EMENTA: CONTAS ANUAIS. CÂMARA MUNICIPAL. GUAPIACU. EXERCÍCIO 2019. OBSERVOU OS LIMITES CONSTITUCIONAIS E DA LEI DE FALHAS RELATIVAS AO PLANEJAMENTO, TRANSPARÊNCIA, CONTROLE INTERNO E SISTEMA ADESP. REGULAR COM RECOMENDAÇÕES.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 09 de março de 2021, pelo voto dos Conselheiros Dimas Ramalho, Presidente e Relator, e Renato Martins Costa e da Auditora Substituta de Conselheiro Silvia Monteiro, a E. Câmara, nos termos do inciso II, do artigo 33, da Lei Complementar nº 709/93, decidiu julgar regulares, com determinações e recomendações, as contas da Câmara Municipal de Guapiacu, relativas ao exercício de 2019, excepcionando eventuais atos pendentes de apreciação por esta Corte de Contas.

Decidiu, outrossim, em conformidade com dispositivo próprio da mesma Lei, dar quitação aos responsáveis e lhes determinar, ou a quem lhes houver sucedido, que atente ao quanto recomendado no corpo do voto do Relator, juntado aos autos.

Determinou, ainda, após o trânsito em julgado, a remessa de cópia da decisão, por ofício, ao Legislativo de Guapiacu, para ciência do inteiro teor do decreto, devendo a Fiscalização certificar-se se a Edilidade concluiu suas medidas e atendeu as determinações e recomendações expedidas.

Determinou, por fim, a serventia que adote as providências formais de praxe, procedendo às anotações e promovendo o arquivamento do feito no meio digital adequado.

Presente a Procuradora do Ministério Público de Contas - Renata Constante Castani.

Ficam, desde já, autorizadas vista e extração de cópias dos autos aos interessados, em Cartório, observando os procedimentos necessários.

Publique-se.
São Paulo, 18 de março de 2021.
DIMAS RAMALHO - PRESIDENTE E RELATOR
A C O R D A O
TC-005205.989.19-9
Câmara Municipal: Pontal.
Exercício: 2018.

Presidente: Valéria Andruccioli.

Advogado: Ronaldo Aparecido Caldeira (OAB/SP nº 175.974).

Procuradora de Contas: Elida Graziane Pinto.

Fiscalização atual: UR-6.

EMENTA: CONTAS ANUAIS. CÂMARA MUNICIPAL. PONTAL. EXERCÍCIO 2018. OBSERVOU OS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. FALHAS RELATIVAS À DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMO, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE INTERNO. REGULAR COM RECOMENDAÇÕES.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 09 de março de 2021, pelo voto dos Conselheiros Dimas Ramalho, Presidente e Relator, e Renato Martins Costa e da Auditora Substituta de Conselheiro Silvia Monteiro, a E. Câmara, nos termos do inciso II, do artigo 33, da Lei Complementar nº 709/93, decidiu julgar regulares, com recomendações, as contas da Câmara Municipal de Pontal, relativas ao exercício de 2018, excepcionando eventuais atos pendentes de apreciação por esta Corte de Contas.

Decidiu, outrossim, em conformidade com dispositivo próprio da mesma Lei, dar quitação aos responsáveis e lhes determinar, ou a quem lhes houver sucedido, que atente ao quanto recomendado no corpo do voto do Relator, juntado aos autos.

Determinou, ainda, após o trânsito em julgado, a remessa de cópia da decisão, por ofício, ao Legislativo de Pontal, para ciência do inteiro teor do decreto, devendo a Fiscalização certificar-se se a Edilidade concluiu suas medidas e atendeu as recomendações expedidas.

Determinou, por fim, a serventia que adote as providências formais de praxe, procedendo às anotações e promovendo o arquivamento do feito no meio digital adequado.

Presente a Procuradora do Ministério Público de Contas - Renata Constante Castani.

Ficam, desde já, autorizadas vista e extração de cópias dos autos aos interessados, em Cartório, observando os procedimentos necessários.

Publique-se.
São Paulo, 18 de março de 2021.
DIMAS RAMALHO - PRESIDENTE E RELATOR
A C O R D A O
TC-005245.989.19-3
Câmara Municipal: Registro.
Exercício: 2019.

Presidentes: Roberto Stuchi Duarte e Everton de Oliveira Adame.

Períodos: (01-01-19 a 28-05-19) e (29-05-19 a 31-12-19).

Advogado: Hans Gethmann Netto (OAB/SP nº 213.418).

Procurador de Contas: Rafael Neubert Demarchi Costa.

Fiscalização atual: GDF-7.

EMENTA: CONTAS ANUAIS. CÂMARA MUNICIPAL DE REGISTRO. EXERCÍCIO 2019. OBSERVOU OS LIMITES CONSTITUCIONAIS E DA LEI DE FALHAS RELATIVAS AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO, INCONSISTÊNCIAS CONTÁBEIS E CONTROLE INTERNO. REGULAR COM RECOMENDAÇÕES.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 09 de março de 2021, pelo voto dos Conselheiros Dimas Ramalho, Presidente e Relator, e Renato Martins Costa e da Auditora Substituta de Conselheiro Silvia Monteiro, a E. Câmara, nos termos do inciso II, do artigo 33, da Lei Complementar nº 709/93, decidiu julgar regulares com recomendações as contas da Câmara Municipal de Registro, relativas ao exercício de 2019, excepcionando eventuais atos pendentes de apreciação por esta Corte de Contas.

Decidiu, outrossim, dar quitação aos responsáveis, em conformidade com dispositivo próprio da mesma Lei, e determinando-lhes, ou a quem lhes houver sucedido, que atente ao quanto recomendado no voto do Relator, juntado aos autos.

Por fim, determinou a serventia a adoção das providências formais de praxe, procedendo às anotações e promovendo o arquivamento do feito no meio digital adequado.

Presente a Procuradora do Ministério Público de Contas - Renata Constante Castani.

Ficam, desde já, autorizadas vista e extração de cópias dos autos aos interessados, em Cartório, observando os procedimentos necessários.

Publique-se.
São Paulo, 25 de março de 2021.
DIMAS RAMALHO - PRESIDENTE E RELATOR
A C O R D A O
TC-005559.989.19-9
Câmara Municipal: Teodoro Sampaio.
Exercício: 2019.

Presidente: Genivaldo Alves dos Reis.

Advogado: Eric Alves (OAB/SP nº 163.715).

Procurador de Contas: Celso Augusto Matuck Feres Júnior.

Fiscalização atual: UR-5.

ACORDA O
TC-005282.989.18-5
Câmara Municipal: Santa Bárbara d'Oeste.
Exercício: 2018.

Presidente: Dacimar de Jesus Cardoso.

Advogados: Raul Miguel Freitas de Oliveira (OAB/SP nº 147.591), Guilherme Guilfoine Zamith (OAB/SP nº 272.101), Rodrigo Formozers Campello Lorente (OAB/SP nº 278.437), Luiz Odávio Pereira Paula (OAB/SP nº 342.507) e outros.

Procuradores de Contas: Letícia Formoso Deslin Matuck Feres e João Paulo Giordano Fontes.

Fiscalização atual: UR-3.

EMENTA: CONTAS ANUAIS. CÂMARA MUNICIPAL SANTA BÁRBARA D'OESTE. PRINCÍPIOS INSCUTIBILIS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS ATENDIDOS. PREVISÃO DE DUODÉCIMO ACIMA DAS REAIS NECESSIDADES. REVISÃO GERAL ANUAL. CONCEDIDA AOS VEREADORES GRATIFICAÇÕES. REGULARIDADE COM RESSALVAS. RECOMENDAÇÃO.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 16 de março de 2021, pelo voto dos Conselheiros Dimas Ramalho, Presidente e Relator, e Renato Martins Costa e da Auditora Substituta de Conselheiro Silvia Monteiro, a E. Câmara, com fundamento no artigo 33, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, decidiu julgar regulares, com ressalvas, as contas da Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste, quitando-se o Presidente da Edilidade, Senhor Dacimar de Jesus Cardoso, nos termos do artigo 35 do referido diploma legal, ressaltando os atos pendentes de apreciação por esta Corte de Contas.

Determinou, por fim, a margem do voto, a expedição de ofício à Origem, com as recomendações e alertas constantes do voto do Relator, juntado aos autos, devendo a Fiscalização verificar, no próximo retorno "in loco", todas as ações efetivamente executadas pelo atual gestor em relação às recomendações e determinações.

Presente a Procuradora do Ministério Público de Contas - Renata Constante Castani.

Ficam, desde já, autorizadas vista e extração de cópias dos autos aos interessados, em Cartório, observando os procedimentos necessários.

Publique-se.
São Paulo, 25 de março de 2021.
DIMAS RAMALHO - PRESIDENTE E RELATOR
A C O R D A O
TC-005509.989.19-0
Câmara Municipal: Dracena.
Exercício: 2019.

Presidente: Milton Polon.

Procuradora de Contas: Letícia Formoso Deslin Matuck Feres.

Fiscalização atual: UR-18.

EMENTA: CONTAS ANUAIS. CÂMARA MUNICIPAL DE DRACENA. EXERCÍCIO 2019. OBSERVOU OS LIMITES CONSTITUCIONAIS E DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. FALHA RELATIVA À FISCALIZAÇÃO DO MONTANTE DE DUODÉCIMO. REGULAR COM RECOMENDAÇÃO.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 16 de março de 2021, pelo voto dos Conselheiros Dimas Ramalho, Presidente e Relator, e Renato Martins Costa e da Auditora Substituta de Conselheiro Silvia Monteiro, a E. Câmara, nos termos do inciso II, do artigo 33, da Lei Complementar nº 709/93, decidiu julgar regulares com recomendações as contas da Câmara Municipal de Dracena, relativas ao exercício de 2019, excepcionando eventuais atos pendentes de apreciação por esta Corte de Contas.

Decidiu, outrossim, dar quitação aos responsáveis, em conformidade com dispositivo próprio da mesma Lei, e determinando-lhes, ou a quem lhes houver sucedido, que atente ao quanto recomendado no dispositivo.

Determinou, ainda, após o trânsito em julgado, a remessa de cópia da decisão, por ofício, ao Legislativo de Dracena, para ciência do inteiro teor do decreto.

Por fim, determinou a serventia a adoção das providências formais de praxe, procedendo às anotações e promovendo o arquivamento do feito no meio digital adequado.

Presente a Procuradora do Ministério Público de Contas - Renata Constante Castani.

Ficam, desde já, autorizadas vista e extração de cópias dos autos aos interessados, em Cartório, observando os procedimentos necessários.

Publique-se.
São Paulo, 25 de março de 2021.
DIMAS RAMALHO - PRESIDENTE E RELATOR
A C O R D A O
TC-005548.989.19-3
Câmara Municipal: Registro.
Exercício: 2019.

Presidentes: Roberto Stuchi Duarte e Everton de Oliveira Adame.

Períodos: (01-01-19 a 28-05-19) e (29-05-19 a 31-12-19).

Advogado: Hans Gethmann Netto (OAB/SP nº 213.418).

Procurador de Contas: Rafael Neubert Demarchi Costa.

Fiscalização atual: GDF-7.

EMENTA: CONTAS ANUAIS. CÂMARA MUNICIPAL DE REGISTRO. EXERCÍCIO 2019. OBSERVOU OS LIMITES CONSTITUCIONAIS E DA LEI DE FALHAS RELATIVAS AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO, INCONSISTÊNCIAS CONTÁBEIS E CONTROLE INTERNO. REGULAR COM RECOMENDAÇÕES.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 16 de março de 2021, pelo voto dos Conselheiros Dimas Ramalho, Presidente e Relator, e Renato Martins Costa e da Auditora Substituta de Conselheiro Silvia Monteiro, a E. Câmara, nos termos do inciso II, do artigo 33, da Lei Complementar nº 709/93, decidiu jul



CARTÓRIO DO CONSELHEIRO
DIMAS RAMALHO
(11) 3292-3530 - cgcdcr@tce.sp.gov.br

CERTIDÃO

PROCESSO:	00005509.989.19-0
ÓRGÃO:	■ CAMARA MUNICIPAL DE DRACENA (CNPJ 49.848.674/0001-30)
ASSUNTO:	Contas de Câmara - Exercício de 2019
EXERCÍCIO:	2019
INSTRUÇÃO POR:	UR-18

Certifico que o v. Acórdão do processo em epígrafe, publicado no DOE de 27 de abril de 2021, transitou em julgado em 18 de maio de 2021.

Cartório do GCDER, 19 de maio de 2021.

Claudia Oliveira Andrade
Agente da Fiscalização

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: CLAUDIA OLIVEIRA ANDRADE. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 3-524A-3UDA-7Y1G-7G0F